

HIV/AIDS: Um fenômeno “comunicatológico”

Aline Scherer

alinescherer07@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo busca problematizar o processo de surgimento da AIDS enquanto uma pandemia em de Santa Catarina e suas repercussões históricas ao longo das décadas de 1980 e 1990 através do vertiginoso crescimento dos índices de contaminação e de vítimas da doença no estado, principalmente relacionados às questões sociais que envolvem a doença. Pretende-se também apontar o largo desconhecimento social acerca deste tema no período retratado, juntamente com o papel ímpar da mídia no processo de conscientização e informação sobre a síndrome. Foram utilizadas como fontes principais para a composição deste artigo algumas notícias e reportagens veiculadas em periódicos.

Palavras-chave: HIV/AIDS; Mídia e comunicação; Informação.

Abstract: This article seeks to problematize the process of emergence of AIDS as a pandemic in Santa Catarina and their historical repercussions throughout the 1980s and 1990s through the dizzying growth rates of contamination and victims of the disease in the state, mainly related to social issues involving the disease. We also intend to point out the wide social ignorance on this subject in the period depicted, along with the unique role of the media in the process of education and awareness about the syndrome. Were used as main sources to compose this article some stories and articles published in journals.

Keywords: HIV/SIDA; Media and communication; Information.

HIV/SIDA: A media phenomenon

De repente, dei-me conta de que a cura da AIDS existia
antes mesmo de existir, e de que seu nome era vida.
Herbert José Souza¹

Os primeiros casos de HIV/AIDS foram diagnosticados em San Francisco, Los Angeles e Nova Iorque, nos Estados Unidos, no início da década de 1980. Como grande número da população homoerótica² dessas cidades apresentou sintomas característicos da doença, houve alguns fatores que inicialmente levaram a comunidade científica a acreditar

¹ SOUZA, Herbert José. *A cura da AIDS*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994, p.47.

² Homoerótico (subst.: homoerotismo): Adjetivo cunhado com o objetivo de conotar não só o aspecto físico da relação entre pessoas do mesmo sexo, mas o envolvimento emocional e sexual desta relação. Assim com homoafetivo, não é usado para descrever pessoas, mas aspectos relacionados a relações homoeróticas. Disponível em: www.armariox.com.br.



que a síndrome estava restrita a este grupo. A doença passou a ser de conhecimento público em 1982 quando os primeiros casos também acometeram dependentes químicos e pacientes que dependiam da transfusão de sangue. No ano posterior, 1983, o agente causador da doença seria identificado por Luc Montagneir e por Roberto Gallo o primeiro do Instituto Pasteur, de Paris e o segundo Instituto de Virologia, de Maryland.

Esta síndrome, que provoca um colapso no sistema imunológico, já nasceu rotulada. Conhecida como o “Câncer Gay”, estigma que carregou durante os primeiros anos da pandemia, não bastava ao paciente ter que lidar com a doença e com o completo desconhecimento de possíveis tratamentos: ele ainda tinha que conviver com os estigmas.

No Brasil a doença também não demoraria a aparecer. Assim como nos Estados Unidos, aqui também as reações sociais vinculadas a ela apresentavam as mesmas características. Mais uma vez as práticas foram subjugadas, os homossexuais tiveram sua vida social, sexual e afetiva condenada, sendo responsabilizados por serem os portadores da “sujeira”, vistos como grupo de risco, “sodomitas”, fora da prática sexual reguladora, agora pagavam por seus pecados.

Os homens e mulheres profissionais do sexo também passaram por um novo processo de “caça as bruxas”. Mais uma vez a preocupação de delimitar o espaço do sexo promíscuo e do sexo lícito volta a ser uma prática comum, tanto quanto fora durante a Idade Média, a “sodomia”, a prostituição, ou seja, todas as práticas que eram consideradas como promíscuas agora estavam sendo punidas com a epidemia de AIDS.

O estigma carregado pelos portadores do vírus HIV está fortemente ligado ao fato de que, inicialmente acometeu pessoas que já eram vistas como portadoras de uma doença moral, que à margem da sociedade, estavam reunidas em guetos. Essa doença foi um prato cheio para a pseudo-preocupação de instituições conservadoras que ao regurgitarem moralidade, são ainda hoje muito pouco capazes de fazer algo prático além de condenar e arrumar grandes castigos dos céus para os outros e bênçãos e salvação para si.

Desde a identificação dos primeiros casos já se passaram 30 anos, e os números são cada vez mais alarmantes. O aumento de casos em todas as faixas etárias traz o questionamento sobre o desconhecimento da real situação da vida de um paciente soropositivo. No entanto, essa pandemia também trouxe uma condição até então inédita para o relacionamento médico-paciente, onde os portadores desta síndrome compreendem sua condição e são capazes de dialogar com o médico, além do fato de suscitar a discussão sobre sexualidade.



Essa mesma doença colocou nos currículos escolares, catarinenses a partir de 1991, a disciplina de “educação sexual e prevenção de DST-HIV/AIDS” como curso obrigatório no Ensino Fundamental, no mesmo período em que se deu a responsabilidade ao Estado quanto ao tratamento de portadores.

A mídia escrita é uma das grandes responsáveis pelo processo comunicatológico que a AIDS representa, tanto no sentido da importante divulgação de informações que tragam o conhecimento sobre a doença, à criação de estigmas nos primeiros anos da doença, quanto às lutas dos portadores por direitos e em um terceiro momento, a prevenção. Por esperar encontrar uma escrita mais consciente de sua importância quanto ao esclarecimento e elucidação sobre a HIV/AIDS, me ative à mídia escrita que tem por público alvo as classes A e B. Por este motivo tomei por base de informações a revista “Veja”, que por ser uma mídia impressa de grande circulação no território nacional oferece um panorama sobre a repercussão da doença no Brasil. Em Santa Catarina uso como base de dados os jornais “Diário Catarinense” e “O Estado”, pelo período de quatro anos após as primeiras publicações acerca da AIDS, questionando de que maneira essa a doença foi retratada pela mídia escrita? Como estes recortes afetaram os primeiros paciente acometidos por esta moléstia? Quais foram às primeiras reivindicações e conquistas? E qual a situação do Estado em relação à doença?

Primeiras informações

Independente do meio de comunicação, o que se pode observar é que nos primeiros anos que se seguem ao aumento do número de casos da doença e a descoberta de seu agente causador nos três periódicos não fazem referências sobre o tema. Na revista “Veja”, no ano de 1985 podemos observar uma mudança, onde a publicação de 14/08 é dedicada não só reportagem interna, mas o destaque na capa sobre a doença.

Em 1985, quando a Veja publicou sua primeira reportagem de capa sobre a AIDS, o Brasil tinha apenas 384 casos diagnosticados da doença, que fora descoberta dois anos antes. o texto alertava para o fato de que o número de infectados pelo vírus HIV dobrava a cada dez meses e muitos hospitais estavam despreparados para lidar com os doentes. na década de 1980 não se tinha notícia de que pacientes infectados sobrevivessem mais de quatro anos depois dos primeiros sintomas da doença³.

A revista daria ênfase novamente em outras sete capas mostrando no decorrer desse período, sobre a evolução em relação ao conhecimento e desenvolvimento de

³ Disponível em: www.veja.abril.com.br – Acesso em 05 de Jun. de 2010.



tecnologias quanto a mudanças do enfoque nas questões sociais. Em 1989 a “Veja” publicou diversas matérias sobre a temática, com destaque para o cantor e compositor Cazuza, considerado ídolo por uma geração de jovens, que foi a primeira personalidade brasileira a assumir publicamente ser soropositivo.

No estado de Santa Catarina, em ambos os veículos de comunicação pesquisados, as primeiras reportagens aparecem quase cinco anos após os diagnósticos dos primeiros casos nos EUA. Mostram-se bastantes nulas quaisquer tipos de referência informativa sobre a doença, mas reforçam os rótulos sociais designados aos portadores de uma doença adquirida por uma “falha moral: os “aidéticos⁴”. Esta expressão carregada de significados foi o termo como o qual os portadores da doença foram retratados no período. Assim eram ainda retratados os soropositivos, que além de lidar com os horrores que a doença causava, tinham que lidar com o medo da contaminação e com o estereótipo que adivinham destas.

Reportagens como as publicadas pelo DC em 1989 e 1990 buscam dar conta de alguns roubos praticados por C.R.S. em 1989⁵, e outro praticado por S.L.da R⁶. Em 1990, no entanto o maior destaque para as reportagens que estão nas páginas policiais do jornal, não se referem aos roubos em si, mas ao fato de ambos serem “aidéticos”.

Outra reportagem, que é relevante para ser citada, faz referência ao exame que foram submetidos os detentos da Cadeia Pública de Florianópolis, em um acordo entre a Vara de Execuções Penais e a Secretaria da Saúde. Dos 178 detentos que ocupavam as 60 vagas disponíveis nesse período, 30 foram detectados com o vírus HIV, por serem usuários de drogas injetáveis, e três apresentavam sintomas da doença já haviam sido liberados⁷. A reportagem ainda aponta que uma transexual, J.E⁸, conhecida como S. retornara ao seu ponto de trabalho, na Avenida Ivo Silveira, e estaria transmitindo o vírus do HIV aos seus clientes, atitude reprovada por colegas de profissão. A mesma reportagem apresenta como relato a desaprovação da distribuição de preservativos a esses detentos que haviam sido orientados sobre a doença, mas sem especificar quais os tipos de orientações foram recebidas pelos mesmos.

Pode-se observar que ainda não eram priorizadas as informações quanto à doença, seus meios de transmissão e formas de contágio. O que incorria nas páginas dos jornais era o

⁴ Em alguns momentos no decorrer deste artigo será usada a expressão “aidético, por ser o termo em vigência no período retratado neste texto. Cabe ressaltar que este termo caiu em desuso por ser taxativo e preconceituoso com os portadores do vírus HIV.

⁵ Diário Catarinense. *Aidético preso tentando roubar automóvel*. Florianópolis, 1989.

⁶ Diário Catarinense. *“Sandrinho” é preso dirigindo moto roubada*. Florianópolis, 19/12/1990

⁷ Diário Catarinense. *Trinta presos com vírus da AIDS*. Florianópolis, 1989

⁸ Diário Catarinense. *Teste Anti-AIDS a cada três meses*. Florianópolis, 1989



fator de que o destaque da notícia não estava no acontecimento, mas no fato destes serem “aidéticos”. Essas pessoas além de rotuladas socialmente, sequer tinham suas identidades preservadas. Foram os primeiros contaminados através de transfusões de sangue e posteriormente pelo parto que possibilitaram uma nova abordagem sobre a doença, lembrando que ao tratarmos de doenças, falamos de vítimas e não de culpados.

Nova maneira de ver a doença: os anos 90.

Os anos noventa seriam bem menos dramáticos e muito mais práticos. É possível observar isso na mudança das notícias referentes à pandemia. Acompanhando a mudança de perspectivas sobre a doença, que deixava as páginas policiais e ingressava agora nas páginas dedicadas a saúde ou às colunas de “Você precisa saber”. A medicina trabalhara de forma bastante rápida e seis meses antes, em 11/06/1989⁹, as primeiras reportagens já anunciavam que vacinas e medicamentos já eram testados. Ainda hoje, muito aquém de se encontrar uma solução definitiva, essa década foi marcada pela busca e disseminação da informação, e da dissolução do termo “aidético” e de todo o peso que este termo tinha associado a si.

Ainda no começo da década de 1990, o jornal “Diário Catarinense” publicou uma reportagem contendo a seguinte manchete: “Travestis batalham e conseguem curso”. Publicada em 12/08/1990, a notícia relata o primeiro curso sobre sexualidade voltada para profissionais, com o objetivo de fornecer informações sobre DST-HIV/AIDS. A reportagem ressalta ainda que a iniciativa partira destes que contaram com o apoio do GAP/SC¹⁰. Fruto de uma primeira geração de voluntários, essa instituição surge ao dar corpo e voz à sociedade civil, além de informação sobre sexo seguro, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e assessoria jurídica, tendo nessa última uma de suas principais atividades¹¹.

As campanhas de prevenção estão muito relacionadas à existência dos GAPAS e das ONG’s¹². Foram instituições como estas, que até 1992 mantiveram com muito pouco apoio financeiro do Estado às campanhas de informação e prevenção. Anos antes, em 1988, foi instituído o primeiro dia mundial de luta contra AIDS, que enfatizou e proporcionou uma mobilização geral contra a pandemia. Já em 1989 a palavra de ordem se voltava para importância da juventude nesse processo, ressaltada ao mesmo tempo em que ocorria o

⁹ Diário Catarinense. *Anunciada Vacina Contra a AIDS*. Florianópolis, 11/06/1989.

¹⁰ GAP/SC – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS.

¹¹ CHAGAS, Luana da Silva. *O “Câncer Gay”: A Divulgação da AIDS pelas Campanhas Públicas (1982-1993)*. Florianópolis. UFSC, 2006. p.38

¹² ONG – Organizações não-governamentais.



aumento no número de casos de contaminação em pessoas de orientação heterossexual, até então consideradas fora do chamado “grupo de risco”.

Na virada para a década de 1990, a campanha coloca a figura da mulher como protagonista. Nesse ponto, gostaria de me ater por mais algumas linhas. Apesar da intenção muitas campanhas que surgiram no decorrer desse período, seus focos acabam tendo uma função normatizadora no que se refere a responsabilizar exclusivamente a “mulher” em fazer a prevenção, incitando-as a convencer seus parceiros ao uso do preservativo. Ocorre que, além de não haver uma identificação e/ou empatia do público com a referida “mulher” retratada nas campanhas, chama a atenção o fato de não haver campanha resultando na necessidade de o homem também se prevenir contra a doença. Em um período em que a doença ainda era tachada como “doença gay”, as campanhas permaneciam isentas em abranger os homens como público-alvo, mesmo que a comunidade científica já negasse essa ligação. O uso de slogans como: “Tem os olhos do pai e a AIDS da mãe”, responsabiliza somente a mulher tanto pela aquisição da doença (já provavelmente *ela* não se prevenira), como também nesse caso específico, também a responsabiliza pela contaminação vertical¹³.

O Estado começa a se fazer presente no processo de informação e prevenção quando a partir de 1991 as escolas de ensino fundamental passam a obrigatoriamente oferecer cursos sobre educação sexual a seus alunos.

E isso é regulamentado hoje pelos PCN’S(Parâmetros Curriculares Nacionais) que visam uma maior informação por parte dos professores para que os mesmo passem pra os alunos a importância da prevenção .Não só para evitar o contágio da AIDS como também das DST’s e gravidez na adolescência¹⁴.

Apenas em 1992 é que o Estado, em conjunto com as ONGs passa a trabalhar em campanhas de conscientização em massa, até então relacionada a iniciativas não governamentais. Ainda hoje é possível observar que a presença do Estado se faz mais presente e efetiva apenas no período de Carnaval, ficando ainda a cargo dessas instituições todo período que não engloba essa festa. São inúmeras as reportagens que fazem menção e remetem ao já citado trabalho de prevenção das ONGs, mas a busca pelo reconhecimento dos

¹³ Contaminação vertical é a possível transmissão por via intra-útero dos fetos entre gestantes, surgindo então outra forma de transmissão do vírus HIV, é a principal causa do contágio pediátrico. Sem nenhuma forma de cuidado na gestação, mães HIV positivas terão até 40% de seus filhos contaminados pelo vírus.

¹⁴ CHAGAS, Luana da Silva, Op.cit.



direitos civis também marcou esse período, onde é possível perceber que esta bandeira de luta também é registrada pelos periódicos.

A possível quebra de patente e a fabricação em território nacional da medicação que controla a proliferação do vírus no corpo do paciente já eram discutidas em 12/09/1990. Atualmente o Brasil possui um programa modelo de combate a AIDS, muito além do fornecimento de medicação pelo SUS (Sistema Único de Saúde), que reduziu pela metade o número de mortes e estabilizou o número de novos casos a partir de 1994. A quebra da patente de sete dos doze medicamentos que fazem parte do coquetel também fora um fato que provocou furor entre os laboratórios, que alegam ainda hoje que sem os custos repassados aos pacientes não há investimento em novas pesquisas. Na esteira dessa quebra, países como Índia e África do Sul também passaram a produzir o coquetel, mas ainda não a distribuem gratuitamente¹⁵.

Além dos fatores supracitados, assegurar o direito ao tratamento gratuito, além do acesso gratuito à medicação como função do Estado tornou real o tratamento adequado a milhares de infectados. Muito além disso, detectar a doença o mais rápido possível trouxe a possibilidade de ter qualidade de vida e não mais um atestado de óbito prévio.

Uma batalha catarinense

Assim, através das publicações nos periódicos, podemos observar que doença não tardou a chegar ao Brasil,

Um executivo americano H.A.L., homoerótico, que viajava pelo mundo inteiro a negócios foi o primeiro caso de AIDS no Brasil. Ele morava aqui há 14 anos e esse fato desencadeou a tese de que o vírus entrou no país através de integrantes dos “grupos de risco” e de classe média. Depois desse caso, tivemos o professor universitário C.S., o artista plástico W.B.S. e o costureiro Marcus Vinicius Resende Gonçalves. Todos eram homoeróticos e de classe média-alta. Essas coincidências foram usadas como uma desculpa para o descaso por parte do governo em não alertar a população sobre a doença e também por não investir em pesquisas e vacinas. Só depois da morte de famoso costureiro mineiro, conhecido como Markito, em 1983, o Brasil passou a tomar conhecimento pela mídia que a AIDS já estaria fazendo suas vítimas no país¹⁶.

¹⁵ AIDS: devastação da África Disponível em: super.abril.com.br. Acesso em 04 de Jul. de 2010.

¹⁶ CHAGAS, Luana da Silva. *O “Câncer Gay”: A Divulgação da AIDS pelas Campanhas Públicas (1982-1993)*. Florianópolis. UFSC, 2006.p 15-16



Em 1984 foi primeiro caso registrado em Santa Catarina, na região oeste. Desde então, dos 293 municípios do estado, 239 já notificaram pelo menos um caso de AIDS. Dezesete anos depois, ou seja, em 2001, o jornal “A Notícia” publicou no dia 24/01 reportagem sobre a situação da pandemia no estado. Mantínhamos então o “honroso” cargo de um das regiões com maior número de casos: sete municípios estavam entre os cinquenta com maior número de casos de AIDS no país. Segundo o periódico, em primeiro lugar estava o município de Itajaí, seguido de Balneário Camboriú, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Blumenau¹⁷. A pandemia demonstrou seguir uma linha de atuação bastante característica, conforme podemos observar na nota abaixo:

[...] o vírus alcançou diferentes dimensões na epidemia de AIDS, sendo, cultural, social, política, médica e econômica, não tomadas de forma isolada. A AIDS acarretou desafios para a área científica, trouxe novos atores para os movimentos sociais e, sobretudo, conferiu maior sensibilidade a questões relacionadas à sexualidade¹⁸.

Em um primeiro momento, as mais afetadas foram as pessoas do sexo masculino e de grande poder socioeconômico: homossexuais/bissexuais, dependentes químicos e receptores de sangue. A heterossexualização, feminização¹⁹, pauperização e interiorização da doença foram fenômenos que seguiram a ampliação dos índices de contaminados e estão relacionadas a questões sócio-econômicas e a falta de informação. A feminização é um desses fenômenos, onde se torna impossível não pensar nas questões que tratam as relações de gênero e de poder, principalmente quando avaliamos esse processo, já que elas influenciam na maneira com que nos relacionamos com nossa sexualidade e na subordinação ao poder simbólico masculino. A terceira idade seria incluída como “grupo de risco” após 1994, muito provavelmente relacionada ao desenvolvimento de drogas para o tratamento de impotência sexual, onde houve um considerável aumento nos casos de soro-conversão para esta faixa etária. Já que ao sair da idade reprodutiva aparentemente a sociedade castra a prática sexual, definindo idosos com “salientes”, “tarados” e “safados”, sua consumação entra nos “não ditos”, na marginalização da sexualidade.

A pauperização da doença pode ser relacionada à condição sócio-econômicas desfavoráveis, nas populações que vivem em locais os indivíduos não tem acesso aos direitos

¹⁷ A Notícia, *SC no topo do ranking da AIDS*. Florianópolis, 24/01/2001.

¹⁸ GANDIM, Naira. *Epidemiologia; tendências e desafios*. Disponível em: www.dive.sc.gov.br. Acesso em 06 de Jun. de 2010.

¹⁹ Feminização: s.f. Ação ou efeito de feminizar. Disponível em www.dicio.com.br



básicos assegurados por lei e onde as devastações causadas por qualquer agente endêmico são mais visíveis e o efeito da contaminação são mais claras.

A situação do estado de Santa Catarina não se apresenta um quadro de melhora com o passar do tempo, permanecemos apresentando a terceira maior taxa de contaminação por grupo de 100 mil habitantes. Dos 20 municípios com mais de 50 mil habitantes que apresentem maiores taxas de pessoas infectadas, cinco estão em SC, onde a pandemia vem demonstrando que cada vez mais a necessidade de levar informação deve ser efetivada. Em novembro de 2009, o Programa Conjunto das Nações Unidas Sobre a AIDS, informava que há no planeta, 33 milhões de pessoas infectadas com o HIV, e que a cada dia são contabilizados 7,4 mil casos novos. O caminho que deveria ser traçado é o da conscientização através da informação.²⁰

A imprensa, que nos primeiros anos da pandemia exercera uma função excludente desses portadores, acaba tendo um papel fundamental de disseminação da informação no decorrer dos anos. A mudança de postura que é vista após os anos 90 e aponta para um maior compromisso com a informação. De maneira geral, os periódicos cumpriram sua função, pois além formação de opinião que lhes é característica, tornou real o fenômeno comunicatológico que é a AIDS. Tornou-se a ela forte aliada, no que trata de comunicação de idéias conscientização e prevenção, especialmente ao nos lembrar que, para que vejamos resultado de qualquer ação em um plano macro, é essencial que haja uma mudança firme no micro, ou seja, qualquer mudança nas estatísticas é de nossa inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Luana da Silva. O “Câncer Gay”: A Divulgação da AIDS pelas Campanhas Públicas (1982-1993). Florianópolis. UFSC, 2006.

GONÇALVES Erli Helena, VARANDAS, Renata. O papel da mídia na prevenção do HIV/AIDS e a representação da mulher no contexto da epidemia.

LOYOLA, Maria Andrea. AIDS e Sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.1995.

GANDIM, Naira. Epidemiologia; tendências e desafios. Disponível em: www.dive.sc.gov.br.

PASTERNAK, Jacyr. AIDS: Verdade e Mito, História e Fatos. São Paulo: Círculo do Livro. 1988.

²⁰ Disponível em WWW.clicrbs.com.br – Acesso em 06 de Jun. de 2010.



RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação: As minorias na idade Média. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.1993.

SOUZA, Herbert José. A cura da AIDS. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.1994.

SONTANG, Susan. AIDS e suas metáforas. São Paulo: Cia das letras. 1989.

UJVARI, Stefan Cunha. A história da Humanidade contada pelos vírus, parasitas, bactérias e outros microorganismos. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTES

Periódicos

Jornal *Diário Catarinense*.

Jornal *A Notícia*.

Revista *Veja*.

Sítios acessados

www.dive.sc.gov.br - GANDIM, Naira. *Epidemiologia; tendências e desafios*.

www.veja.abril.com.br

www.clicrbs.com.br

www.aids.gov.br

*** Recebido em 06 de junho de 2010. Aceito para publicação em 29 de junho de 2012.**

